

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

MGI Minas Gerais Participações S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

MGI Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório da Administração | 1 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 14 |
| Demonstrações financeiras individuais e consolidadas | |
| Balancos patrimoniais | 22 |
| Demonstrações dos resultados..... | 24 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 25 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 26 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 27 |
| Demonstrações do valor adicionado..... | 28 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 29 |
| Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras | 79 |
| Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes..... | 80 |
| Parecer do Conselho Fiscal | 81 |

Senhor Acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S^{as}. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o exercício de 2017, a MGI manteve o foco em sua missão e sua visão, com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, estão abrangidos os serviços de administração de ativos e imóveis do Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), bem como o serviço de suporte administrativo mediante contrato celebrado com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP's) por intermédio da subsidiária EMIP.

O cenário externo apresentou-se mais favorável à Companhia se comparado às adversidades enfrentadas no decorrer do exercício anterior. A redução da taxa de juros favoreceu o desempenho da Empresa no período, resultando na diminuição dos juros sobre as debêntures emitidas. Em contrapartida, a Companhia ainda foi negativamente afetada pela recessão econômica no âmbito da recuperação de créditos e comercialização de imóveis, bem como no aumento da inadimplência da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

Não obstante as adversidades enfrentadas, a Companhia foi eficiente na condução de suas atividades. Destacam-se os valores repassados ao Estado de Minas Gerais, decorrentes de recuperação de créditos e venda de imóveis, que superaram em 25% os valores repassados no exercício anterior.

Diante do exposto, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados, com destaque para o importante suporte oferecido ao Estado de Minas Gerais durante o exercício.

2. A MGI

2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma estatal, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,10%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,46%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,90%.

2.2 Identidade Organizacional

Missão: Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Visão: Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício de 2017, o montante de R\$3.542 mil, inferior em 28,95% ao exercício de 2016, quando a arrecadação totalizou R\$4.985 mil.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. No exercício de 2017, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$10.855 mil proveniente da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 24,84% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$8.685 mil.

| Gestão de Ativos | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Varição 2017↔2016 |
|----------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------------|
| Valores Arrecadados (R\$ mil) | | | | | | |
| Ativos Próprios | 10.599 | 5.576 | 7.800 | 4.985 | 3.542 | (28,95%) |
| Ativos do Estado de Minas Gerais | 5.104 | 2.546 | 7.577 | 8.695 | 10.855 | 24,84% |
| TOTAL | 15.703 | 8.122 | 15.377 | 13.680 | 14.397 | 5,24% |

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias, a baixa liquidez dos imóveis, já que muitos deles encontram-se ocupados, e somando esses fatores à atual recessão econômica, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

Os contratos celebrados proporcionaram à MGI, no exercício de 2017, receitas no montante de R\$ 1.656 mil, 14,37% inferior ao valor auferido no exercício anterior. A redução ocorreu em virtude da exclusão, no contrato celebrado com a SEF, do serviço de suporte à Advocacia Geral do Estado (AGE), reduzindo assim o valor global do contrato MGI/SEF. Em abril de 2017, a MGI celebrou contrato diretamente com a AGE para continuidade da prestação do referido serviço. Portanto, a redução da receita reflete o lapso temporal de aproximadamente três meses em que houve vacância entre os contratos, bem como a situação de calamidade financeira vivida pelo Estado de Minas Gerais, que impossibilitou o reajuste contratual.

3.2 Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.753.461 mil (1.786.983 mil em 31 de dezembro de 2016).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$98.761 mil (R\$128.634 no exercício de 2016), enquanto os valores recebidos no exercício totalizaram R\$115.197 mil (R\$170.084 mil no exercício de 2016).

A Companhia possui, ainda, considerando o marco de 31 de dezembro de 2017, um saldo de R\$42.981 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o impairment da carteira. Considerando esses efeitos, o valor justo do saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$630.579 mil na posição de 31 de dezembro de 2017 (R\$530.221 mil em 31 de dezembro de 2016).

A variação significativa observada no valor justo da carteira é decorrente da mudança de estimativa contábil referente ao impairment da renegociação, ou seja, da majoração da carteira decorrente dos parcelamentos, em que as condições do parcelamento original sofrem alterações, tais como o alongamento do prazo e perda ou a redução de descontos anteriormente concedidos.

Até o exercício de 2016, a Companhia vinha estimando em 100% o impairment da renegociação, por considerar muito baixa a expectativa de recebimento desses valores. A partir do exercício de 2017, com a maturidade da carteira e uma maior série histórica para análise, foi possível constatar que os valores de renegociação possuem a mesma expectativa de recebimento que o restante da carteira. Desta forma, a Companhia passou a estimar a perda da totalidade da carteira com base nas mesmas premissas, que consideram a média de recuperação da carteira e a probabilidade de default.

Vale destacar que a MGI poderá utilizar a carteira de parcelamentos, inclusive rompidos, para quitar as debêntures subordinadas. Desta forma, a Administração entende que o crescimento do saldo de parcelamentos rompidos não representa um risco relevante para a Companhia.

3.3 Debêntures

Com base na posição de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures, tendo liquidado sua terceira emissão em 30 de agosto de 2017.

Durante o exercício de 2017, a Companhia provisionou despesas de R\$167.451 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$223.029 mil. O decréscimo de 23,22% foi devido, principalmente, à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2017:

| Pagamentos Efetuados (R\$ mil) | Juros | Principal | Total Pago |
|--------------------------------|----------------|---------------|----------------|
| (a) Segunda Emissão | 76.864 | - | 76.864 |
| (b) Terceira Emissão | 1.516 | 28.630 | 30.146 |
| (c) Quinta Emissão | 103.791 | - | 103.791 |
| Total | 182.171 | 28.630 | 210.801 |

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo de R\$972.368 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor totalizava R\$969.531 mil.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. De janeiro a dezembro, ocorreram amortizações extraordinárias de juros no montante de R\$76.864 mil.

(b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)

As debêntures de terceira emissão foram liquidadas em 30 de agosto de 2017. As amortizações de juros e principal totalizaram R\$30.146 mil durante este exercício.

(c) Debêntures de Quinta Emissão

Em referência à posição de 31 de dezembro de 2017, a MGI possui um saldo de R\$679.094 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante este exercício, foram pagos juros semestrais no total de R\$103.791 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

3.4 Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio (JCP), dividendos e venda de direitos de subscrição no montante de R\$23.102 mil neste exercício. Essas receitas foram inferiores em 54,81% às auferidas no exercício anterior, quando somaram R\$51.127 mil.

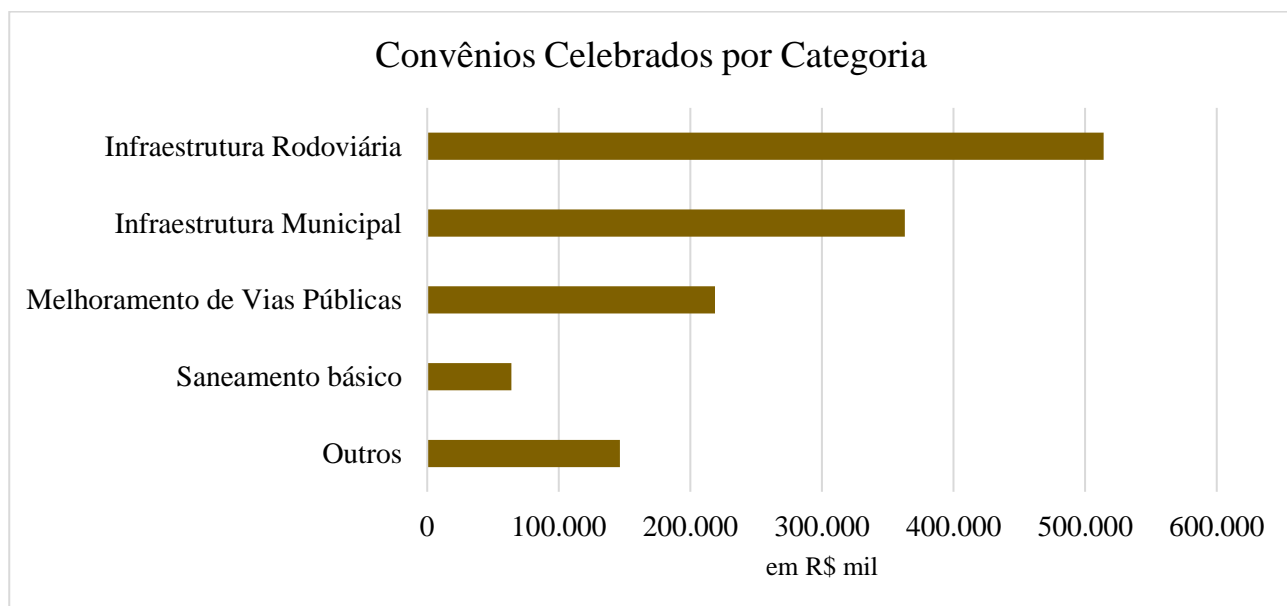
Os proventos oriundos da participação na Cemig representam cerca de 98% dessas receitas. No exercício 2017, a Cemig não declarou JCP a ser compensado com os dividendos obrigatórios, de modo que a distribuição de proventos relativos ao exercício de 2017 ocorrerá apenas em 2018. Este foi o fator preponderante para a redução expressiva da receita de participações acionárias.

A Companhia espera melhorar os resultados provenientes de participações acionárias a partir de 2018 em virtude da estratégia de aumento dos investimentos. No exercício de 2017, a MGI adquiriu 3.557.337 ações preferenciais de emissão da Cemig para fins de empréstimos adicionais ao Banco Credit Suisse, em conformidade com a cláusula sexta do contrato de hedge e, ao mesmo tempo, para obtenção de receitas futuras, uma vez que a Companhia faz jus aos proventos da totalidade das ações, tanto livres quanto emprestadas.

3.5 Convênios

Durante o exercício de 2017, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

O gráfico abaixo ilustra as principais destinações dos convênios celebrados:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2017 | consolidado



A MGI repassou aos convenentes, neste exercício, o montante de R\$13.994 mil referente a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$24.856 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$10.862 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.184.919 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo.

| Pagamentos de Convênios (R\$ mil) | | | | |
|--|--------------------------------|-------------------------|-----------------|--------------------------------|
| Órgão Interviente | Montante Líquido em 31/12/2016 | Movimentação no Período | | Montante Líquido em 31/12/2017 |
| | | Pagamentos | Devoluções | |
| Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – | 5.069 | - | (51) | 5.018 |
| Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR | 1.913 | - | (13) | 1.900 |
| Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR | 96.700 | 315 | (1.538) | 95.477 |
| Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP | 16.592 | - | (2.415) | 14.177 |
| Sec. Est. Esportes de MG – SEESP | 6.172 | - | - | 6.172 |
| Sec. Est. Turismo de MG – SETUR | 8.230 | - | (471) | 7.759 |
| Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP | 997.787 | 13.679 | (18.084) | 993.382 |
| Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE | 31.758 | - | (2.285) | 29.473 |
| Sec. Est. Governo - SEGOV | 4.234 | - | - | 4.234 |
| Sec. Est. Cultura - SEC | 12.864 | - | - | 12.864 |
| Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES | 3.600 | - | - | 3.600 |
| TOTAL | 1.184.919 | 13.994 | (24.857) | 1.174.056 |

As prestações de contas desses convênios devem ser, inicialmente, apresentadas pelos convenentes às Secretarias de Estado intervenientes, em até 90 dias após o vencimento dos instrumentos originais ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do fim social.

A verificação do atingimento do objeto conveniado se inicia pela análise da prestação de contas pela interveniente, que emitirá pareceres técnico e financeiro, posteriormente enviados à MGI, para que proceda à sua análise e julgamento definitivo das contas.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o consequente ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

| Convênios Pendentes de Prestação de Contas em 31/12/2017 | | |
|---|------------|-----------------|
| Convênios | Quantidade | Valor (R\$ mil) |
| Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA | 49 | 4.840 |
| Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR | 2 | 135 |
| Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR | 142 | 37.494 |
| Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP | 6 | 14.666 |
| Sec. Est. Esportes de MG – SEESP | 1 | 6.172 |
| Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP | 577 | 215.712 |
| Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE | 100 | 26.564 |
| TOTAL | 887 | 311.704 |

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

| Detalhamento da Situação dos Convênios Pendentes de Prestação de Contas | | |
|--|-------------------|------------------------|
| Situação | Quantidade | Valor (R\$ mil) |
| Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente | 832 | 281.938 |
| Convênios em processo de tomada de contas especial | 1 | 273 |
| Convênios com medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial | 54 | 29.493 |
| Total | 887 | 311.704 |

A MGI tem agido junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar e acompanhar a referida prestação de contas, buscando, periodicamente, informações sobre a análise dessas contas. Além disso, a Companhia vem aprimorando continuamente seus controles internos, com o intuito de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais (SIGCON). Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

3.6 Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos parceiros privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379

mil. Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| Indicadores Selecionados | 2013 reapresentado | 2014 reapresentado | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| 4.1 Receita Operacional Líquida | 303.249 | 525.090 | 297.067 | 275.149 | 196.025 |
| 4.2 Custo Operacional | (182.415) | (312.338) | (263.710) | (287.842) | (263.280) |
| 4.3 Lucro Bruto | 120.834 | 212.752 | 33.357 | (12.693) | (67.255) |
| Resultado Financeiro Líquido | 40.928 | 113.872 | 54.550 | 34.422 | 17.467 |
| Resultado Líquido do Exercício | (28.608) | 183.197 | (611.512) | (133.435) | (12.480) |
| 4.4 LAJIDA | (60.867) | 80.000 | (663.538) | (167.813) | (29.903) |
| LAJIDA ajustado | 6.380 | 188.345 | (43.552) | (58.123) | (58.018) |

4.1 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais da MGI são compostas de atualização monetária da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA), amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira DCA, participações acionárias, recuperação de créditos, prestação de serviços ao Estado de Minas Gerais e venda de imóveis.

Em 2017, estas receitas somaram 196.025 mil, sendo a mais representativa a atualização monetária dos direitos creditórios autônomos, correspondente a 50,38% da receita total, seguida pela amortização no ajuste a valor justo no reconhecimento inicial da carteira, que representou 35,74%, conforme demonstrado abaixo:

| Receita Operacional Líquida (R\$ mil) | 2013 reapresentado | 2014 reapresentado | 2015 | 2016 | 2017 | Variação 2017*2016 | Análise Vertical 2017 |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------|-----------------------------|
| Receitas de atualização monetária | 120.339 | 128.941 | 129.871 | 128.635 | 98.761 | (23,22%) | 50,38% |
| Amortização ajuste reconhecimento inicial DCA | 152.869 | 129.748 | 110.386 | 90.473 | 70.069 | (22,55%) | 35,74% |
| Receita de participação acionária | 18.238 | 260.274 | 47.997 | 51.127 | 23.102 | (54,81%) | 11,79% |
| Receitas de recuperação de créditos | 10.599 | 5.576 | 7.800 | 4.985 | 3.542 | (28,95%) | 1,81% |
| Receitas de serviços | 3.088 | 2.814 | 2.049 | 1.934 | 1.656 | (14,37%) | 0,84% |
| Receitas de vendas de imóveis | - | - | 1.166 | 1.041 | 614 | (41,02%) | 0,31% |
| Impostos sobre serviços (ISS) | (154) | (141) | (102) | (97) | (83) | (14,43%) | (0,04%) |
| PIS/COFINS | (1.730) | (2.122) | (2.100) | (2.949) | (1.636) | (44,52%) | (0,83%) |
| RECEITA TOTAL | 303.249 | 525.090 | 297.067 | 275.149 | 196.025 | (28,76%) | 100,00% |

Analisando o período de 05 anos (2013/2017), observa-se que a receita operacional líquida apresenta uma tendência decrescente, a exceção de 2014, devido à distribuição de dividendos extraordinários pela Cemig, em que a receita foi consideravelmente superior aos demais exercícios.

A tendência de queda está relacionada, sobretudo, à amortização do ajuste no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos (DCA). Esta receita, que como citado acima, representou em 2017 35,74% da receita total da MGI, teve uma queda de 22,55% em comparação com o exercício de 2016. Os decréscimos anuais observados nessa rubrica se justificam pela própria característica da operação.

No reconhecimento inicial dos DCA, em 2012, foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do ativo) no valor de R\$ 734.717 mil. Este valor é amortizado com base no método de juros efetivos e a receita operacional

decorrente corresponde à diferença entre a amortização acumulada de cada período e a amortização acumulada do período anterior. Dessa forma, à medida que a conta redutora do ativo diminui, a receita também decresce.

Estima-se que, ao final da operação, em 2022, esta receita seja de R\$ 211 mil. Cumpre esclarecer que este recurso é reconhecido para fins de atendimento às normas contábeis, não gerando impacto sobre o caixa da Companhia.

Outro fator preponderante para a redução da receita em 2017, comparativamente com o exercício anterior, foi a redução de 22,55% na atualização monetária da carteira DCA, em virtude da redução da taxa SELIC no período e da diminuição do saldo da carteira, em consequência do próprio fluxo de recebimentos.

4.2 Custo Operacional

O custo operacional da MGI em 2017 foi de R\$ 263.280 mil, sendo o mais significativo o custo com os juros sobre as debêntures emitidas, que representaram 63,60%, seguido da amortização do ajuste no a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas (2ª emissão), correspondente a 33,16%.

| Custo Operacional (R\$ mil) | 2013 reapresentado | 2014 reapresentado | 2015 | 2016 | 2017 | Varição 2017*2016 | Análise Vertical 2017 |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------|-----------------------------|
| Juros sobre debêntures | 129.053 | 190.839 | 210.108 | 223.029 | 167.451 | (24,92%) | 63,60% |
| Amortização ajuste reconhecimento inicial debêntures | 43.823 | 111.367 | 40.604 | 54.345 | 87.292 | 60,63% | 33,16% |
| Pessoal | 3.390 | 3.807 | 3.784 | 4.511 | 5.137 | 13,88% | 1,95% |
| Obrigações por repasse | 2.013 | 3.240 | 4.360 | 2.217 | 979 | (55,84%) | 0,37% |
| Custos dos imóveis vendidos | - | - | 1.805 | 1.549 | 745 | (51,90%) | 0,28% |
| Amortização de custos de transação | 2.861 | 2.196 | 1.769 | 1.109 | 563 | (49,23%) | 0,21% |
| Serviços de terceiros | 665 | 593 | 827 | 613 | 658 | 7,34% | 0,25% |
| Despesas judiciais | 324 | 144 | 331 | 291 | 256 | (12,03%) | 0,10% |
| Demais custos | 286 | 152 | 122 | 178 | 199 | 11,80% | 0,08% |
| CUSTO TOTAL | 182.415 | 312.338 | 263.710 | 287.842 | 263.280 | (8,53%) | 100,00% |

Os juros sobre debêntures reduziram 24,92% no exercício de 2017, comparativamente com o exercício anterior, em função da redução da taxa DI, à qual está indexada a remuneração das debêntures, e da liquidação da terceira emissão em agosto de 2017. Anteriormente, de 2013 a 2016, esse custo apresentava uma tendência crescente, em consonância com o crescimento da taxa de juros no mesmo período. O crescimento mais expressivo ocorreu de 2013 para 2014, em virtude da quarta emissão de debêntures, ocorrida em 2014, que foi substituída pela quinta emissão em 2015 para inclusão de um instrumento de hedge.

Outro custo relevante é a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures de segunda emissão, que correspondeu a 33,16% do custo total deste exercício, apresentando um expressivo crescimento de 60,63% em relação ao exercício anterior.

Assim como foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do ativo), no reconhecimento inicial dos direitos creditórios, em 2012, também foi registrado um ajuste a valor justo (conta redutora do passivo) no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas, no mesmo valor de R\$ 734.717 mil, e da mesma forma é amortizado com base no método de juros efetivos, sendo o custo operacional correspondente à diferença entre a amortização acumulada do período anterior e a amortização acumulada do período atual.

Como as amortizações das debêntures são extraordinárias, as amortizações do ajuste a valor justo variam à medida que ocorrem amortizações extraordinárias de juros e/ou principal. Dessa forma, os elevados valores de amortizações extraordinárias ocorridos em 2014 e 2017 elevaram os valores do custo de amortização do AVJ no reconhecimento inicial.

Estima-se que, ao final da operação, em 2022, este custo seja de R\$ 55.404 mil. A exemplo do ajuste a valor justo registrado como redutor do ativo, o ajuste a valor justo registrado como redutor do passivo não gera impacto sobre o caixa.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia.

4.3 Resultados

| RESULTADOS | 2013 reapresentado | 2014 reapresentado | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|-----------|----------|
| Resultado Bruto | 120.834 | 212.752 | 33.357 | (12.693) | (67.255) |
| Resultado Financeiro | 40.928 | 113.872 | 54.550 | 34.422 | 17.467 |
| Resultado Líquido do Exercício | (28.608) | 183.197 | (611.512) | (133.435) | (12.480) |

O resultado bruto, correspondente à receita operacional subtraído o custo operacional, foi negativo nos dois últimos exercícios, tendo em vista a performance das receitas e custos, conforme demonstrado anteriormente.

O resultado financeiro, alcançado por meio da aplicação de recursos em aplicações financeiras cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI, reduziu nos últimos exercícios em razão da redução do montante aplicado, sobretudo em função do fluxo de pagamentos de PPP's pela subsidiária EMIP, dos pagamentos de convênios e amortizações das debêntures emitidas.

Verifica-se que, com exceção do exercício de 2014, a Companhia auferiu prejuízo em todos os exercícios em análise. O resultado positivo de 2014 foi proporcionado, sobretudo, pela elevada receita de participação acionária auferida, conforme explicitado anteriormente. Nos demais exercícios, os reconhecimentos de provisão para perdas em participações societárias, resultados de ajustes a valor justo e perdas ao valor recuperável de determinados ativos foram preponderantes para os resultados líquidos negativos obtidos, conforme se observa na análise do LAJIDA, a seguir.

4.4 LAJIDA e LAJIDA ajustado

| LAJIDA e LAJIDA ajustado (R\$ mil) (*) | 2013 reapresentado | 2014 reapresentado | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|-----------------------|-----------------------|------------------|------------------|-----------------|
| Resultado do Período | (28.608) | 183.197 | (611.512) | (133.435) | (12.480) |
| (+) Despesa de IR e Contribuição Social | 8.615 | 10.618 | 2.471 | - | - |
| (+) Despesas Financeiras Líquidas | (40.928) | (113.872) | (54.550) | (34.422) | (17.467) |
| (+) Depreciação e Amortização | 54 | 57 | 53 | 44 | 44 |
| LAJIDA (a) | (60.867) | 80.000 | (663.538) | (167.813) | (29.903) |
| (-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial | 825 | (20.019) | (19.469) | (1.015) | - |
| (+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo | - | - | 66.991 | (104.631) | (303.942) |
| (+) Reclassificação de Outros Resultados Abrangentes para Resultado | - | - | - | 42.465 | - |
| (+) Provisão para Perdas em Participações Societárias | - | - | 467.955 | - | 7.030 |
| (+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda | - | - | - | 2.137 | (116) |
| (+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos | 175.468 | 146.745 | 174.291 | 206.862 | 251.690 |
| (+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial | (109.046) | (18.381) | (69.782) | (36.128) | 17.223 |
| LAJIDA AJUSTADO (b) | 6.380 | 188.345 | (43.552) | (58.123) | (58.018) |

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando o disposto no Art. 3º da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

(b) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

- Equivalência patrimonial referente à participação na Helibras;
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis e aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações;
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado em decorrência da alienação da participação na Helibras;
- Provisão para perdas em participações societárias decorrente dos investimentos na Cemig e na Copasa;
- Impairment dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP);
- Impairment dos direitos de crédito autônomos.
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.

Infere-se das informações acima que os prejuízos auferidos pela Companhia são provenientes, preponderantemente, de fatores que não impactam na geração de caixa da Companhia.

4.5 Prejuízos acumulados

Em função dos resultados auferidos nos últimos exercícios, a Companhia possui, atualmente, prejuízos acumulados no montante de R\$ 926.752 mil:

| Prejuízos Acumulados (em R\$ mil) | |
|--|------------------|
| Prejuízos Acumulados de 2012 a 2014 | (169.325) |
| Prejuízo Líquido 2015 | (611.512) |
| Prejuízo Líquido 2016 | (133.435) |
| Lucro Líquido 2017 | (12.480) |
| TOTAL | (926.752) |

A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a redução de capital na importância dos prejuízos acumulados, com sua absorção pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

5 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou, nos exercícios de 2017 e 2016, pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

6 ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência”, de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

7 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

Adicionalmente, a Companhia está em fase de estudo para estruturação e implementação de melhorias no âmbito da Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Nesse contexto, estão abrangidas, entre outras diretrizes, a adequação da estrutura de governança corporativa e compliance, disposições aplicáveis a licitações e contratos, bem como requisitos de transparência, tais como a elaboração e divulgação de políticas específicas e relatório integrado anual.

8 AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

9 AGRADECIMENTOS

A administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, e destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MGI - Minas Gerais Participações S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos Direitos Creditórios Autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 (c), os direitos creditórios são contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o processo de avaliação envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas que são afetadas por expectativas futuras de mercado e condições econômicas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$630.579 mil no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) utilização de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na avaliação e teste das premissas e metodologias utilizadas pela administração na preparação das projeções de fluxos de caixa, em particular aquelas relacionadas à receita projetada e taxa de desconto; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (d) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (e) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 7 (c) às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos direitos creditórios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos creditórios autônomos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração das Opções flexíveis de compra e venda

Conforme divulgado na nota explicativa 8, no escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. O modelo usado na apuração do valor justo dessas opções foi o Modelo Black & Scholes, ajustado para ações que pagam dividendos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o modelo de precificação das opções envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas complexas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$85.521 mil no ativo e R\$123.271 mil no passivo, no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às debêntures e opções flexíveis; (b) utilização de especialistas na avaliação para nos auxiliar na análise do modelo de precificação utilizado pela companhia; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; (d) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (e) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o modelo de precificação, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração das opções flexíveis, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Convênios

Conforme divulgado na nota explicativa 22, O Estado de Minas Gerais (“EMG”), por intermédio da Secretaria de Estado do Governo, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado De Fazenda, realizou termo de cooperação técnica com a MGI, cujo objeto é a mútua cooperação entre o EMG e a Companhia com o intuito de viabilizar a execução de investimentos mediante a realização de convênios.

A MGI utiliza os recursos públicos para gestão e execução dos investimentos previstos no termo de cooperação, devendo atuar em conjunto com outras entidades públicas municipais e estaduais, na condição de concedente, com entidades estaduais, municipais e privadas. A Companhia celebra convênios com municípios e entidades estatais para a execução dos programas governamentais, nos quais os órgãos da administração pública estadual figuram como intervenientes exclusivamente para prestar apoio operacional.

O termo de cooperação determina uma série de obrigações da Companhia a fim de assegurar a prestação de contas por parte dos convenentes e o ressarcimento ao erário.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que os valores envolvidos na gestão dessas operações são relevantes, bem como o julgamento envolvido no entendimento das responsabilidades e eventuais riscos relacionados a esses convênios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos e a validação dos controles internos relacionados aos convênios; (b) a leitura dos termos e regulamentos vigentes relacionados à operação; e (c) a análise o parecer legal obtido de consultor jurídico externo à Companhia sobre as responsabilidades e eventuais penalidades da MGI sobre atrasos no recebimento das prestações de contas dos convenentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os controles internos de convênios, consideramos que os controles internos assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 29 de março de 2017, com ressalva sobre os convênios vencidos e que estavam sem a respectiva validação da prestação de contas bem como ausência de evidências de inspeção física realizadas pela MGI ou pela Secretaria conveniada.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC-1MG065899/O-2

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 7.961 | 7.167 | 8.983 | 7.307 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 203.368 | 252.701 | 203.368 | 252.701 |
| Contas a receber de clientes e outros créditos | 7 | 49.534 | 118.268 | 49.503 | 117.511 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a receber | 7.a | 40 | 20.325 | 40 | 20.325 |
| Tributos a recuperar | 9 | 8.683 | 13.171 | 8.815 | 13.346 |
| Imóveis para venda | | - | - | 5.635 | 6.224 |
| Outras contas | | 138 | 151 | 138 | 181 |
| Total do ativo circulante | | 269.724 | 411.783 | 276.482 | 417.595 |
| Contas a receber de clientes e outros créditos | 7 | 1.179.919 | 1.026.098 | 1.220.790 | 1.067.126 |
| Opções flexíveis de venda | 8 | 85.521 | 59.477 | 85.521 | 59.477 |
| Tributos a recuperar | 9 | 26.554 | 24.407 | 27.779 | 25.629 |
| Depósitos judiciais | 10 | 3.806 | 3.816 | 3.806 | 3.907 |
| Investimentos em controlada | 11 | 46.676 | 47.903 | - | - |
| Outros investimentos | 12 | 38.101 | 67.814 | 38.101 | 67.814 |
| Imobilizado | | 86 | 121 | 87 | 122 |
| Intangível | | 14 | 22 | 14 | 22 |
| Total do ativo não circulante | | 1.380.677 | 1.229.658 | 1.376.098 | 1.224.097 |
| Total do ativo | | 1.650.401 | 1.641.441 | 1.652.580 | 1.641.692 |

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Passivo | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | 218 | 244 | 218 | 244 |
| Salários e encargos sociais | | 971 | 916 | 1.199 | 937 |
| Tributos a recolher | | 507 | 3.096 | 723 | 3.244 |
| Debêntures | 13 | 34.601 | 80.629 | 34.601 | 80.629 |
| Obrigações por repasse | 14 | 12.818 | 14.327 | 14.553 | 14.409 |
| Total do passivo circulante | | 49.115 | 99.212 | 51.294 | 99.463 |
| Opções flexíveis de compra | 8 | 123.271 | 152.802 | 123.271 | 152.802 |
| Debêntures | 13 | 1.275.072 | 1.184.538 | 1.275.072 | 1.184.538 |
| Obrigações por repasse | 14 | 20.152 | 20.152 | 20.152 | 20.152 |
| Passivo fiscal diferido | 15 | 2.110 | 6.805 | 2.110 | 6.805 |
| Total do passivo não circulante | | 1.420.605 | 1.364.297 | 1.420.605 | 1.364.297 |
| Total do passivo | | 1.469.720 | 1.463.509 | 1.471.899 | 1.463.760 |
| Patrimônio Líquido | | | | | |
| Capital social | 17 | 1.101.755 | 1.080.957 | 1.101.755 | 1.080.957 |
| Ações em tesouraria | | (5) | (5) | (5) | (5) |
| Prejuízos acumulados | | (926.752) | (914.272) | (926.752) | (914.272) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 5.683 | 11.252 | 5.683 | 11.252 |
| Total do patrimônio líquido | | 180.681 | 177.932 | 180.681 | 177.932 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.650.401 | 1.641.441 | 1.652.580 | 1.641.692 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receita | 18 | 195.474 | 274.205 | 196.025 | 275.149 |
| Custos | 19 | (262.535) | (286.293) | (263.280) | (287.842) |
| Resultado bruto | | (67.061) | (12.088) | (67.255) | (12.693) |
| Despesas administrativas | | (6.726) | (7.985) | (8.860) | (9.740) |
| Outras receitas (despesas) | | 733 | 390 | 830 | 394 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (1.917) | (3.215) | - | 1.015 |
| Provisão para perdas em participações societárias | 12 | (7.030) | - | (7.030) | - |
| Resultado de ajustes a valor justo | 21 | 303.942 | 104.631 | 303.942 | 104.631 |
| Reclassificação de ORA para Resultado | | - | (42.465) | - | (42.465) |
| Perda na recuperação de imóveis para venda | | - | - | 116 | (2.137) |
| Perda na recuperação de direitos creditórios | 7.c | (251.690) | (206.862) | (251.690) | (206.862) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | (29.749) | (167.594) | (29.947) | (167.857) |
| Receitas financeiras | 20 | 17.789 | 34.560 | 17.997 | 34.869 |
| Despesas financeiras | 20 | (520) | (401) | (530) | (447) |
| Receita (despesas) financeiras, líquidas | | 17.269 | 34.159 | 17.467 | 34.422 |
| Resultado antes dos impostos | | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Impostos de renda | 15 | - | - | - | - |
| Contribuição social | 15 | - | - | - | - |
| Resultado do exercício | | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$) | 17.e | (21,73) | (232,29) | (21,73) | (232,29) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Resultado do exercício | | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado | | | | | |
| Outros resultados abrangentes | | | | | |
| Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | 12.a | (10.264) | (3.557) | (10.264) | (3.557) |
| Instrumento Patrimonial reclassificado para Resultado | | - | 42.465 | - | 42.465 |
| Participação no resultado abrangente de coligada | | - | 3.978 | - | 3.978 |
| | | (10.264) | 42.886 | (10.264) | 42.886 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | 15 | 4.695 | 542 | 4.695 | 542 |
| Resultado abrangente total | | (18.049) | (90.007) | (18.049) | (90.007) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | | | | Ações em tesouraria | Prejuízos Acumulados | Ajuste Avaliação Patrimonial | Total |
|--|------|-------------------|---------------------------------|-----------|---|------------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------|
| | | Capital social | Capital social a realizar | Afac | Reclassificações PPPs e convênios | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | | 2.819.090 | (71.250) | 140.310 | (1.547.124) | (5) | (822.016) | (32.176) | 486.829 |
| Aumento de capital | 17 | 668.439 | (424.872) | (140.310) | - | - | - | - | 103.257 |
| Redução de capital | 17.a | (8.053) | - | - | - | - | - | - | (8.053) |
| Readequação do capital | 17.a | (41.179) | - | - | - | - | 41.179 | - | - |
| Prejuízo líquido do período | | - | - | - | - | - | (133.435) | - | (133.435) |
| Variação no valor justo dos investimentos | | - | - | - | - | - | - | (3.557) | (3.557) |
| Participação no resultado abrangente de coligada | | - | - | - | - | - | - | 46.443 | 46.443 |
| Tributos s/variação no valor justo dos investimentos | | - | - | - | - | - | - | 542 | 542 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Integralização de capital | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs | | - | - | - | (213.094) | - | - | - | (213.094) |
| Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios | | - | - | - | (101.000) | - | - | - | (101.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | | 3.438.297 | (496.122) | - | (1.861.218) | (5) | (914.272) | 11.252 | 177.932 |
| Aumento de capital e integralização | 17.a | 82.957 | 23.212 | - | - | - | - | - | 106.169 |
| Lucro líquido do exercício | 17.e | - | - | - | - | - | (12.480) | - | (12.480) |
| Variação no valor justo dos investimentos | 12.a | - | - | - | - | - | - | (10.264) | (10.264) |
| Tributos s/variação no valor justo dos investimentos | 15 | - | - | - | - | - | - | 4.695 | 4.695 |
| Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs | | - | - | - | (85.371) | - | - | - | (85.371) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | | 3.521.254 | (472.910) | - | (1.946.589) | (5) | (926.752) | 5.683 | 180.681 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Resultado do Exercício | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Ajustes para: | | | | |
| Depreciação e amortização | 44 | 44 | 44 | 44 |
| Baixa de investimento | - | 42.466 | - | 42.466 |
| Redução ao valor recuperável | 251.690 | 206.862 | 251.574 | 208.999 |
| Resultado de ajustes a valor justo | (286.718) | (119.066) | (286.718) | (119.066) |
| Reclassificação de AVJ por meio do resultado | - | (21.693) | - | (21.693) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 1.917 | 3.215 | - | (1.015) |
| Provisão para perdas em participações societárias | 12 7.030 | - | 7.030 | - |
| Custo de transação a amortizar | 19 563 | 1.109 | 563 | 1.109 |
| Varição monetária líquida | 68.690 | 94.395 | 68.690 | 94.395 |
| | 30.736 | 73.897 | 28.703 | 71.804 |
| (Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos) | 7 1.095 | (2.389) | (84.119) | (216.267) |
| (Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos | 7.a 20.285 | (9.699) | 20.285 | (8.543) |
| (Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar | 9 2.341 | (3.193) | 2.381 | (3.226) |
| (Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários | 6 49.333 | (59.071) | 49.333 | (59.071) |
| (Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais | 10 10 | (55) | 101 | (146) |
| (Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo | 13 | (28) | 714 | 1.478 |
| Aumento/(Diminuição) de fornecedores | (26) | 91 | (717) | 91 |
| Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais | 54 | 133 | 63 | 136 |
| Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher | (2.589) | 1.121 | (2.323) | 1.196 |
| Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses | 14 (1.509) | 20.225 | 144 | 19.621 |
| Recebimentos de créditos autônomos | 7 115.197 | 121.801 | 115.197 | 121.801 |
| Juros pagos sobre debêntures subordinada | 13 (76.864) | (8.104) | (76.864) | (8.104) |
| Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão | 13 (1.516) | (9.013) | (1.516) | (9.013) |
| Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão | 13 (103.791) | (68.848) | (103.791) | (68.848) |
| Amortizações de debêntures 3ª emissão | 13 (28.630) | (49.612) | (28.630) | (49.612) |
| Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios | 17 - | (101.000) | - | (101.000) |
| Caixa proveniente das (usado nas)nas atividades operacionais | 4.139 | (93.744) | (81.039) | (307.703) |
| Aquisições imobilizado/intangível | (1) | (32) | (1) | (32) |
| Aquisição de investimento | (23.453) | (17.992) | (23.453) | (17.992) |
| Aumento de capital em controlada/coligada | (86.060) | (213.094) | - | - |
| Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento | (109.514) | (231.118) | (23.454) | (18.024) |
| Integralização de capital | 17 106.169 | 103.257 | 106.169 | 103.258 |
| Caixa proveniente das atividades de financiamento | 106.169 | 103.257 | 106.169 | 103.258 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 794 | (221.605) | 1.676 | (222.469) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 7.961 | 7.167 | 8.983 | 7.307 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 7.167 | 228.772 | 7.307 | 229.776 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 794 | (221.605) | 1.676 | (222.469) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Receitas de serviços | 1.656 | 1.934 | 2.270 | 2.975 |
| Receitas de recuperação de créditos | 3.542 | 4.985 | 3.542 | 4.985 |
| Receitas de atualização de crédito | 98.761 | 128.634 | 98.761 | 128.634 |
| Outras receitas | 733 | 390 | 830 | 394 |
| Receitas | 104.692 | 135.943 | 105.403 | 136.988 |
| Custos dos produtos e serviços vendidos | - | - | (745) | (1.549) |
| Custos processuais | (256) | (290) | (256) | (290) |
| Serviços tomados de terceiros | (1.512) | (1.005) | (1.719) | (1.150) |
| Despesas administrativas | (1.794) | (3.381) | (2.683) | (4.160) |
| Provisão para perdas de investimentos | (7.030) | (49.920) | (7.030) | - |
| Perda/Recuperação de valores ativos | (251.690) | (206.862) | (251.574) | (208.999) |
| Insumos adquiridos de terceiros | (262.282) | (261.458) | (264.007) | (216.148) |
| Valor adicionado bruto | (157.590) | (125.515) | (158.604) | (79.160) |
| Depreciação e amortização | (44) | (44) | (44) | (44) |
| Valor adicionado líquido | (157.634) | (125.559) | (158.648) | (79.204) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1.917) | (3.215) | - | 1.015 |
| Resultado de ajustes a valor justo | 286.718 | 140.759 | 286.718 | 90.839 |
| Receitas de participações acionárias | 23.102 | 58.581 | 23.102 | 58.581 |
| Receitas financeiras | 22.642 | 42.495 | 22.860 | 42.816 |
| Valor adicionado total a distribuir | 172.911 | 113.061 | 174.032 | 114.047 |
| Remuneração direta | 4.830 | 4.466 | 4.830 | 4.466 |
| Benefícios | 783 | 724 | 783 | 724 |
| FGTS | 361 | 304 | 361 | 304 |
| Pessoal | 5.974 | 5.494 | 5.974 | 5.494 |
| Remuneração direta | 1.676 | 1.660 | 2.506 | 2.332 |
| FGTS | 99 | 133 | 132 | 154 |
| Diretoria e conselhos | 1.775 | 1.793 | 2.638 | 2.486 |
| Federais | 8.352 | 12.259 | 8.601 | 12.549 |
| Municipais | 110 | 154 | 118 | 157 |
| Impostos, taxas e contribuições | 8.462 | 12.413 | 8.719 | 12.706 |
| Aluguéis | 40 | 40 | 40 | 40 |
| Obrigação por repasse | 979 | 2.217 | 979 | 2.217 |
| Despesas financeiras | 147 | 401 | 148 | 401 |
| Juros | 167.451 | 223.029 | 167.451 | 223.029 |
| Custo de transação de debêntures | 563 | 1.109 | 563 | 1.109 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 169.180 | 226.796 | 169.181 | 226.796 |
| Resultado do exercício | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Remuneração de capitais próprios | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Distribuição do valor adicionado | 172.911 | 113.061 | 172.911 | 114.047 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2017.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$3.542 e R\$4.985, respectivamente (veja nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$630.579, em 31 de dezembro de 2017, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 7.c)

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 13), cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 1.286.922 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 80.624.435 ações CMIG4s (vide nota 12.a.1), e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC / IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 13 – Debêntures
- Nota 14 – Obrigações por repasse

e. Reapresentação de valores correspondentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas demonstrações contábeis e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.

Assim, em atendimento ao CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Companhia efetuou retrospectivamente a reclassificação das movimentações das debentures do grupo de atividades de financiamento para o grupo de atividades operacionais, como forma de garantir a comparabilidade das informações apresentadas na demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---------------|------------|-----------|---------------|------------|-----------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2016 | Ajuste | 31/12/2016 | 31/12/2016 | Ajuste |
| | Reapresentado | | | Reapresentado | | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | | |
| Resultado do Exercício | (133.435) | (133.435) | - | (133.435) | (133.435) | - |
| Ajustes para: | | | | | | |
| Depreciação e amortização | 44 | 44 | - | 44 | 44 | - |
| Baixa de investimento | 42.466 | 42.466 | - | 42.466 | 42.466 | - |
| Redução ao valor recuperável | 206.862 | 206.862 | - | 208.999 | 208.999 | - |
| Resultado de ajustes a valor justo | (119.066) | (119.066) | - | (119.066) | (119.066) | - |
| Reclassificação de AVJ por meio do resultado | (21.693) | (21.693) | - | (21.693) | (21.693) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 3.215 | 3.215 | - | (1.015) | (1.015) | - |
| Provisão para perdas em participações societárias | 0 | 0 | - | 0 | 0 | - |
| Custo de transação a amortizar | 1.109 | 1.109 | - | 1.109 | 1.109 | - |
| Variação monetária líquida | 94.395 | 94.395 | - | 94.395 | 94.395 | - |
| | 73.897 | 73.897 | - | 71.804 | 71.804 | - |
| (Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos) | (2.389) | (2.389) | - | (216.267) | (216.267) | - |
| (Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos | (9.699) | (9.699) | - | (8.543) | (8.543) | - |
| (Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar | (3.193) | (3.193) | - | (3.226) | (3.226) | - |
| (Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários | (59.071) | (59.071) | - | (59.071) | (59.071) | - |
| (Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais | (55) | (55) | - | (146) | (146) | - |
| (Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo | (28) | (28) | - | 1.478 | 1.478 | - |
| Aumento/(Diminuição) de fornecedores | 91 | 91 | - | 91 | 91 | - |
| Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais | 133 | 133 | - | 136 | 136 | - |
| Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher | 1.121 | 1.121 | - | 1.196 | 1.196 | - |
| Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses | 20.225 | 20.225 | - | 19.621 | 19.621 | - |
| Recebimentos de créditos autônomos | 121.801 | 121.801 | - | 121.801 | 121.801 | - |
| Juros pagos sobre debêntures subordinada | (8.104) | - | (8.104) | (8.104) | - | (8.104) |
| Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão | (9.013) | - | (9.013) | (9.013) | - | (9.013) |
| Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão | (68.848) | - | (68.848) | (68.848) | - | (68.848) |
| Amortizações de debêntures 3ª emissão | (49.612) | - | (49.612) | (49.612) | - | (49.612) |
| Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios | (101.000) | (101.000) | (101.000) | (101.000) | (101.000) | - |
| Caixa proveniente das (usado nas)nas atividades operacionais | (93.744) | 41.833 | (236.577) | (307.703) | (172.126) | (135.577) |
| Aquisições imobilizado/intangível | (32) | (32) | - | (32) | (32) | - |
| Aquisição de investimento | (17.992) | (17.992) | - | (17.992) | (17.992) | - |
| Aumento de capital em controlada/coligada | (213.094) | (213.094) | - | 0 | 0 | - |
| Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento | (231.118) | (231.118) | - | (18.024) | (18.024) | - |
| Juros pagos sobre debêntures subordinada | 0 | (8.104) | 8.104 | - | (8.104) | 8.104 |
| Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão | 0 | (9.013) | 9.013 | - | (9.013) | 9.013 |
| Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão | 0 | (68.848) | 68.848 | - | (68.848) | 68.848 |
| Amortizações de debêntures 3ª emissão | 0 | (49.612) | 49.612 | - | (49.612) | 49.612 |
| Integralização de capital | 103.257 | 103.257 | - | 103.258 | 103.258 | - |
| Caixa proveniente das atividades de financiamento | 103.257 | (32.320) | 135.577 | 103.258 | (32.319) | 135.577 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 794 | 794 | - | (222.469) | (222.469) | - |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 7.961 | 7.961 | - | 7.307 | 7.307 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 7.167 | 7.167 | - | 229.776 | 229.776 | - |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 794 | 794 | - | (222.469) | (222.469) | - |

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Investimento em Coligada

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

No exercício de 2016, a Companhia alienou seu investimento na coligada Helibras e, em 2017, não manteve quaisquer outros investimentos em coligadas.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outros créditos e outros investimentos (notas 5,6,7 e 12).

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por Direitos Creditórios Credit Suisse e Opções flexíveis de ações (notas 7.e e 8).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 6).

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 5 e 7).

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 13 e 14).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são creditados durante o exercício de competência.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (veja nota 7.c), crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 7.d) e outros investimentos, conforme demonstrada na nota 12.b.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

f. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês de emissão da nota fiscal, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e mensalmente para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”).

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

i. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

j. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9.

Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os Direitos Creditórios junto ao Banco Credit Suisse atualmente mensurado ao valor justo, será, em vez disso, mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os Direitos de Crédito Autônomos, títulos e valores mobiliários, empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Outros investimentos e imóveis destinados para venda cotados atualmente como disponíveis para venda serão, em vez disso, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e não impactará no resultado registrado.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência dos contribuintes. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(c) Contabilidade de *hedge*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9.

A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*). Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

A Companhia atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo o Estado de Minas Gerais - EMG, em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”), também atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”). A Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG, a Companhia reconhece com receita a variação da correção monetária.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base na competência da prestação de serviços, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e mensalmente para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”).

Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (isto é, vida, ramos elementares, seguro direto e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Passará a vigorar para os períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com a exigência de valores para fins comparativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 e IFRS 17. Adoção antecipada não é permitida.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 24).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c(2). Os valores obtidos nos últimos 2 exercícios estão demonstrados abaixo:

| Período | Exposição da Carteira (EAD) | Perda Estimada (PE) | Ajuste a Valor Justo (AVJ) | Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ) |
|------------|-----------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------------------|
| 31/12/2016 | 1.786.984 | 1.092.534 | 164.229 | 530.221 |
| 31/12/2017 | 1.753.461 | 1.028.721 | 94.161 | 630.579 |

No exercício de 2017, a Companhia adotou uma mudança de estimativa contábil referente ao cálculo da perda estimada da carteira no que se refere à expectativa de perda da renegociação.

A renegociação refere-se à majoração da carteira em virtude dos reparcelamentos. Os créditos reparcelados, normalmente, apresentam valor superior ao parcelamento original, em virtude do alongamento do prazo e, sobretudo, da mudança das condições dos reparcelamentos, incluindo a exclusão ou diminuição de descontos concedidos no parcelamento original. Portanto, essas renegociações aumentam consideravelmente o valor nominal da carteira, conforme demonstrado abaixo:

| | | | | | |
|----------------------------------|---------------|-----|--------------|-----|-----------|
| Fluxo da carteira em 31/12/2017: | Valor Nominal | (+) | Renegociação | (=) | EAD |
| | 1.451.481 | | 301.980 | | 1.753.461 |

Até o exercício de 2016, a Companhia vinha estimando em 100% o impairment da renegociação, por considerar muito baixa a expectativa de recebimento desses valores. A partir do exercício de 2017, com a maturidade da carteira e uma maior série histórica para análise, foi possível constatar que os valores de renegociação possuem a mesma expectativa de recebimento que o restante da carteira.

Desta forma, a Companhia passou a estimar a perda da totalidade da carteira com base nas mesmas premissas, que consideram a média de recuperação da carteira e a probabilidade de default.

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida em troca das debêntures, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante captado, de R\$316.000, foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

d. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Caixa e bancos | 101 | 32 | 114 | 41 |
| Aplicações financeiras | 7.860 | 7.135 | 8.869 | 7.266 |
| | 7.961 | 7.167 | 8.983 | 7.307 |

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa3 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

| | | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Arcelor Mittal | a. | 2.221 | 3.279 | 2.221 | 3.279 |
| Aplicações financeiras | b. | 4.870 | 4.335 | 4.870 | 4.335 |
| Aplicações financeiras vinculadas | c. | 196.277 | 245.087 | 196.277 | 245.087 |
| Total | | 203.368 | 252.701 | 203.368 | 252.701 |

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como mantidos até o vencimento e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela venceu em 30 de dezembro de 2017, sendo prorrogada para o primeiro dia útil subsequente: 02 de janeiro de 2018.
- Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|----|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| JCP/Dividendos a receber - parte relacionada | a. | 40 | 20.325 | 40 | 20.325 |
| Valores a receber de clientes - parte relacionada | b. | 1.352 | 1.756 | 1.352 | 1.756 |
| Outras contas a receber - diversos | | 81 | 80 | 116 | 80 |
| Créditos a recuperar | | 14 | 15 | 14 | 15 |
| Direitos de Créditos Autônomos | c. | 47.532 | 112.483 | 47.532 | 112.483 |
| Floating a creditar | d. | 489 | 3.177 | 489 | 3.177 |
| Contas a receber - EMIP - Partes relacionadas | | 66 | 757 | - | - |
| Circulante | | 49.574 | 138.593 | 49.543 | 137.836 |
| Direitos de Créditos Autônomos | c. | 583.047 | 417.738 | 583.047 | 417.738 |
| Contas a receber do EMG | e. | 42.982 | 36.730 | 42.982 | 36.730 |
| Valores a receber do Estado ref. PPP | h. | - | - | 40.871 | 41.028 |
| Créditos a receber - Goes Cohabita | f. | 5.105 | 5.105 | 5.105 | 5.105 |
| Prov. para perdas de créditos a receber | f. | (5.105) | (5.105) | (5.105) | (5.105) |
| Direitos Créditoários - Credit Suisse | g. | 553.890 | 571.630 | 553.890 | 571.630 |
| Não Circulante | | 1.179.919 | 1.026.098 | 1.220.790 | 1.067.126 |
| TOTAL | | 1.229.493 | 1.164.691 | 1.270.333 | 1.204.962 |

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em participação acionária no BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$40 em 2017.
- b. A Companhia possui com o EMG contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) e à Advocacia Geral do Estado (“AGE”).
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 14.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2017.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

| | saldo em 31/12/2016 | Movimentação | Renegociação | Varição AVJ e impairment | Atualização monetária | Recebimentos | Contas a receber do EMG | Saldo em 31/12/2017 |
|----------------------|------------------------|--------------|----------------|-----------------------------|--------------------------|------------------|----------------------------|------------------------|
| Circulante | 112.483 | 9.519 | - | - | 44.291 | (115.197) | (3.563) | 47.533 |
| Não Circulante | 1.674.500 | (9.519) | (13.522) | - | 54.469 | - | - | 1.705.928 |
| Ajuste a valor justo | (164.229) | - | - | 70.068 | - | - | - | (94.161) |
| Impairment acumulado | (1.092.533) | - | 315.502 | (251.690) | - | - | - | (1.028.721) |
| Totais | 530.221 | - | 301.980 | (181.622) | 98.760 | (115.197) | (3.563) | 630.579 |

| | saldo em 31/12/2015 | Movimentação | Renegociação | Varição AVJ e impairment | Atualização monetária | Recebimentos | Contas a receber do EMG | Saldo em 31/12/2016 |
|----------------------|------------------------|--------------|--------------|--------------------------------|--------------------------|------------------|-------------------------------|------------------------|
| Circulante | 140.311 | 83.469 | - | - | 10.504 | (121.801) | - | 112.483 |
| Não Circulante | 1.575.305 | (83.469) | 75.084 | - | 118.130 | - | (10.550) | 1.674.500 |
| Ajuste a valor justo | (254.702) | - | - | 90.473 | - | - | - | (164.229) |
| Impairment acumulado | (817.968) | - | (75.084) | (199.481) | - | - | - | (1.092.533) |
| Totais | 642.946 | - | - | (109.008) | 128.634 | (121.801) | (10.550) | 530.221 |

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$3.563 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG, que serão repassados à MGI ao término da operação (“contas a receber do EMG”), e valores pagos nos últimos dois dias do mês, que serão recebidos pela MGI nos dois primeiros dias úteis do mês subsequente (floating a creditar).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

| CLASSIFICAÇÃO | SALDO DEVEDOR |
|-----------------------------------|----------------|
| Vencidos mas não rompidos | 4.296 |
| Até 12 meses | 43.236 |
| de 12 a 24 meses | 46.829 |
| de 24 a 36 meses | 43.118 |
| de 36 a 48 meses | 35.312 |
| de 48 a 60 meses | 32.811 |
| Após 60 meses | 116.454 |
| Total do valor nominal atualizado | 322.056 |
| Direitos Creditórios Rompidos (1) | 1.431.405 |
| Ajustes a valor justo (2) | (94.161) |
| Impairment acumulado (3) | (1.028.721) |
| Total | 630.579 |

- (1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.
 - (2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.
 - (3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2017.
- d. O floating a creditar refere-se a valores creditados dos direitos de créditos autônomos e disponíveis no segundo dia seguinte à sua liquidação no banco recebedor (D+2).
- e. Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros, a ser repassados a MGI no término da operação.
- f. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A.. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.
- g. Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 80.624.435 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações.

A MGI, baseando-se no CPC 38 – Instrumentos financeiros - apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 80.624.435 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

| Ações | Quantidade | Cotação/ Custo | Custo Total (R\$) | Cotação em 31/12/2017 (R\$) | Aumento do Valor Justo unitário (R\$) | Ganho/Perda de Valor Justo (R\$) | Saldo em 31/12/2017 (R\$) |
|--------|------------|-------------------|----------------------|-----------------------------------|--|--|---------------------------------|
| CEMIG | 74.141.429 | 7,71 | 571.630 | 6,87 | (0,84) | (62.279) | 509.351 |
| | 3.154.494 | 4,44 | 14.004 | 6,87 | 2,43 | 7.667 | 21.671 |
| | 3.328.512 | 6,57 | 21.869 | 6,87 | 0,30 | 999 | 22.868 |
| Totais | 80.624.435 | | | | | (53.613) | 553.890 |

| Ações | Quantidade | Cotação/ Custo | Custo Total (R\$) | Cotação em 31/12/2016 (R\$) | Aumento do Valor Justo unitário (R\$) | Ganho/Perda de Valor Justo (R\$) | Saldo em 31/12/2016 (R\$) |
|--------|------------|-------------------|----------------------|-----------------------------------|--|--|---------------------------------|
| CEMIG | 68.582.845 | 6,13 | 420.413 | 7,71 | 1,58 | 108.360 | 528.773 |
| | 5.558.584 | 4,00 | 22.229 | 7,71 | 3,71 | 20.628 | 42.857 |
| Totais | 74.141.429 | | | | | 128.988 | 571.630 |

- h. A subsidiária EMIP possui um saldo de R\$40.871 a receber do Estado de Minas Gerais, por intermédio de aporte de capital na MGI, referente a pagamentos de PPP's efetuados com recursos próprios da EMIP.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017:

| Data de Vencimento | Opções de Venda | | | | Opções de Compra | | | |
|--------------------|-----------------|---------|-------------------|--------------------------|------------------|---------------|-------------------|--------------------------|
| | Lançador | Titular | Quantidade | Preço de Exercício (R\$) | Lançador | Titular | Quantidade | Preço de Exercício (R\$) |
| 12/07/2019 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 13/01/2020 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 13/07/2020 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2021 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2021 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2022 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2022 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2023 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2023 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2024 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2024 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 13/01/2025 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 14/07/2025 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2026 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 13/07/2026 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2027 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2027 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/01/2028 | Credit Suisse | MGI | 4.311.123 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.123 | 12,96 |
| 12/07/2028 | Credit Suisse | MGI | 4.311.133 | 6,35 | MGI | Credit Suisse | 4.311.133 | 12,96 |
| TOTAL | | | 81.911.347 | | | | 81.911.347 | |

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra, de modo que não houve pagamentos, nem recebimentos, relativos a essas opções.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

A tabela abaixo apresenta os resultados encontrados, por meio de cálculo feito usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

| Data de Vencimento | Volatilidade | Opções de Venda | | | Opções de Compra | | |
|--------------------|--------------|----------------------------|------------|-----------------------------|----------------------------|------------|-----------------------------|
| | | Valor justo unitário (R\$) | Quantidade | Valor Justo Total (R\$ mil) | Valor justo unitário (R\$) | Quantidade | Valor Justo Total (R\$ mil) |
| 12/07/2019 | 55,69% | 1,23 | 4.311.123 | 5.308 | 0,60 | 4.311.123 | 2.593 |
| 13/01/2020 | 55,69% | 1,35 | 4.311.123 | 5.837 | 0,85 | 4.311.123 | 3.652 |
| 13/07/2020 | 52,14% | 1,32 | 4.311.123 | 5.691 | 0,94 | 4.311.123 | 4.067 |
| 12/01/2021 | 52,14% | 1,36 | 4.311.123 | 5.849 | 1,13 | 4.311.123 | 4.889 |
| 12/07/2021 | 49,50% | 1,29 | 4.311.123 | 5.548 | 1,20 | 4.311.123 | 5.160 |
| 12/01/2022 | 49,50% | 1,29 | 4.311.123 | 5.548 | 1,35 | 4.311.123 | 5.819 |
| 12/07/2022 | 46,36% | 1,18 | 4.311.123 | 5.070 | 1,34 | 4.311.123 | 5.790 |
| 12/01/2023 | 46,36% | 1,16 | 4.311.123 | 5.003 | 1,46 | 4.311.123 | 6.314 |
| 12/07/2023 | 45,78% | 1,12 | 4.311.123 | 4.836 | 1,55 | 4.311.123 | 6.665 |
| 12/01/2024 | 45,78% | 1,10 | 4.311.123 | 4.723 | 1,65 | 4.311.123 | 7.100 |
| 12/07/2024 | 43,45% | 1,00 | 4.311.123 | 4.298 | 1,62 | 4.311.123 | 7.002 |
| 13/01/2025 | 43,45% | 0,96 | 4.311.123 | 4.144 | 1,71 | 4.311.123 | 7.386 |
| 14/07/2025 | 41,60% | 0,87 | 4.311.123 | 3.768 | 1,70 | 4.311.123 | 7.337 |
| 12/01/2026 | 41,60% | 0,84 | 4.311.123 | 3.623 | 1,77 | 4.311.123 | 7.648 |
| 13/07/2026 | 41,60% | 0,81 | 4.311.123 | 3.512 | 1,84 | 4.311.123 | 7.913 |
| 12/01/2027 | 41,60% | 0,79 | 4.311.123 | 3.391 | 1,89 | 4.311.123 | 8.155 |
| 12/07/2027 | 41,60% | 0,76 | 4.311.123 | 3.258 | 1,95 | 4.311.123 | 8.387 |
| 12/01/2028 | 41,60% | 0,72 | 4.311.123 | 3.118 | 2,00 | 4.311.123 | 8.605 |
| 12/07/2028 | 41,60% | 0,69 | 4.311.133 | 2.995 | 2,04 | 4.311.133 | 8.791 |
| TOTAL | | | | 85.521 | | | 123.271 |

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

| | 31/12/2016 | AVJ (nota 21) | 31/12/2017 |
|-------------------------|------------|---------------|------------|
| Opções de venda | 59.477 | 26.044 | 85.521 |
| Opções de compra | 152.802 | 29.531 | 123.271 |

9 Tributos a recuperar

| | | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL | a. | 3.944 | 13.171 | 4.057 | 13.346 |
| Tributos retidos | b. | 4.739 | - | 4.758 | - |
| Ativo Circulante | | 8.683 | 13.171 | 8.815 | 13.346 |
| Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL | a. | 26.554 | 14.735 | 27.779 | 15.932 |
| Tributos retidos | b. | - | 9.672 | - | 9.697 |
| Ativo não Circulante | | 26.554 | 24.407 | 27.779 | 25.629 |
| Total | | 35.237 | 37.578 | 36.594 | 38.975 |

a. Tributos a recuperar

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme

legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

10 Depósitos judiciais

| | | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|----|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Cível | a. | 3.223 | 3.233 | 3.223 | 3.324 |
| Tributária | | 583 | 583 | 583 | 583 |
| Total | | 3.806 | 3.816 | 3.806 | 3.907 |

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Investimento em controlada

A Companhia tem participação em 100% do capital social da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (Subsidiária Integral). O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos na subsidiária.

A Companhia, no exercício de 2017, aportou na EMIP, a título de AFAC, a importância de R\$86.060, sendo R\$690 para cumprimento de obrigações operacionais, assim como efetuou uma reclassificação da importância de R\$85.371 a título de obrigações por repasse.

| Investimentos | 31/12/2016 | Aumento de Capital | Equivalência Patrimonial | 31/12/2017 |
|--------------------------|------------|--------------------|--------------------------|------------|
| EMIP - parte relacionada | 47.903 | 690 | (1.917) | 46.676 |

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da controlada:

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|---------------|---------------|
| Total do Ativo | 48.920 | 48.911 |
| Passivo circulante | 2.244 | 1.008 |
| Patrimônio Líquido | 46.676 | 47.903 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 48.920 | 48.911 |

12 Outros investimentos

| Controladora e | | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
| Participações ao valor justo | a. 17.124 | 39.887 |
| Participações ao custo de aquisição | b. 20.977 | 27.927 |
| TOTAL | 38.101 | 67.814 |

a. Participações ao valor justo

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

| | Controladora e Consolidado | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|--------------|
| | Cemig | Copasa | Total |
| Saldos em 31/12/2015 | 61.300 | 2.397 | 63.697 |
| Custo das ações transferidas (i) | (22.218) | - | (22.218) |
| AVJ das ações transferidas (i) | (19.728) | - | (19.728) |
| Ajuste a Valor Justo do período | 14.889 | 3.247 | 18.136 |
| Saldos em 31/12/2016 | 34.243 | 5.644 | 39.887 |

| | Controladora e Consolidado | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|--------------|
| | Cemig | Copasa | Total |
| Saldos em 31/12/2016 | 34.243 | 5.644 | 39.887 |
| Custo das ações transferidas (i) | (14.004) | - | (14.004) |
| AVJ das ações transferidas (i) | (11.483) | - | (11.483) |
| Aquisição de Ações | 1.503 | - | 1.503 |
| Ajuste a Valor Justo do período | 155 | 1.066 | 1.221 |
| Saldos em 31/12/2017 | 10.414 | 6.710 | 17.124 |

(i) **Transferência para Direito Creditório:** Em atendimento à Cláusula Sexta – Ajustes Adicionais do Contrato de Hedge firmado entre a MGI e o Credit Suisse, caso ocorra anúncio de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos em dinheiro das CMIG4s, os parâmetros “Quantidade” e “Preço de Exercício” das opções serão ajustados e, conseqüentemente, serão efetuados novos empréstimos de CMIG4, a título gratuito, de forma que a quantidade de CMIG4s emprestadas, nos termos do Contrato de Empréstimo de ações, seja ao menos igual ao somatório das Quantidades das Opções Flexíveis de Compra vigentes. Durante este exercício, foram realizados empréstimos adicionais de 6.483.006 ações CMIG4 ao Credit Suisse.

Em novembro e dezembro de 2017, a Companhia adquiriu um montante de 3.557.337 ações CMIG4. Deste total, 3.328.512 foram imediatamente emprestadas ao Credit Suisse, em conformidade com o Contrato de Hedge, e 228.825 ações foram mantidas livres.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 está representado por 1.515.747 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (veja nota 23.p).

A MGI, baseando-se no CPC 38 - Instrumentos Financeiros - apurou no exercício, perda de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e ganho de ajuste a valor justo sobre ações da COPASA, conforme detalhado no quadro abaixo:

| Ações | Quantidade | Cotação em 31/12/2016 (R\$) | Cotação de aquisição (R\$) | Custo Total (R\$) | Cotação em 31/12/2017 (R\$) | Aumento do Valor Justo unitário (R\$) | Valor justo em 31/12/2017 | Ganho/Perda de Valor Justo (R\$) |
|------------------------|------------------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| CEMIG | 1.286.922 | 7,71 | | 9.922 | 6,87 | (0,84) | 8.842 | (1.080) |
| CEMIG | 228.825 | - | 6,57 | 1.503 | 6,87 | 0,30 | 1.572 | 69 |
| Total CEMIG (a) | 1.515.747 | - | - | 11.425 | - | - | 10.414 | (1.011) |
| COPASA | 154.640 | 36,50 | | 5.644 | 43,39 | 6,89 | 6.710 | 1.066 |
| | | | | | | | 17.124 | 56 |

(a) Valor composto conforme abaixo:

| | Quantidade | Valor |
|--|-------------|---------|
| Valor justo das ações até 30/06/2017 | 4.441.416 | 1.643 |
| Valor justo das ações baixadas em 01/07/2017 | (3.154.494) | (1.167) |
| Valor justo das ações disponíveis de 30/06/2017 a 30/09/2017 | 1.286.922 | (128) |
| Valor justo das ações disponíveis de 30/09/2017 a 31/12/2017 | 1.515.747 | (1.359) |
| | | (1.011) |

| Ações | Quantidade | Cotação em 31/12/2015 (R\$) | Custo Total (R\$) | Cotação em 31/12/2016 (R\$) | Aumento do Valor Justo unitário (R\$) | Valor justo em 31/12/2016 | Ganho/Perda de Valor Justo (R\$) |
|--------|------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| CEMIG | 4.441.416 | 6,13 | 27.226 | 7,71 | 1,58 | 34.244 | 7.018 |
| COPASA | 154.640 | 15,50 | 2.397 | 36,50 | 21,00 | 5.644 | 3.247 |
| | | | | | | 39.888 | 10.264 |

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 13.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

| | Quantidade de ações | |
|--|-----------------------------------|-------------------|
| | Controladora e Consolidado | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| CEMIG - livres | 228.825 | - |
| CEMIG - bloqueadas | 1.286.922 | 4.441.416 |
| CEMIG - emprestadas (Direitos creditórios - vide nota 7.g) | 80.624.435 | 74.141.429 |
| TOTAL | 82.140.182 | 78.582.845 |

b. Participações ao custo amortizado

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor ao custo amortizado.

| | BDMG | Grupo Gerdau | Outros | Total |
|----------------------|-------------|---------------------|---------------|--------------|
| Saldos em 31/12/2015 | - | 9.826 | 109 | 9.935 |
| Aquisição de Ações | 17.992 | - | - | 17.992 |
| Saldos em 31/12/2016 | 17.992 | 9.826 | 109 | 27.927 |

| | BDMG | Grupo Gerdau | Outros | Total |
|-----------------------------|-------------|---------------------|---------------|--------------|
| Saldos em 31/12/2016 | 17.992 | 9.826 | 109 | 27.927 |
| Aquisição de Ações | 80 | - | - | 80 |
| <i>Impairment</i> acumulado | (2.473) | (4.455) | (102) | (7.030) |
| Saldos em 31/12/2017 | 15.599 | 5.371 | 7 | 20.977 |

13 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2017 estão assim evidenciados:

| Tipo | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | | | | | 31/12/2017 |
|---|----------------------------|-----------------|----------------|-------------------|-----------------------|------------------|
| | Saldo em 31/12/2016 | Movimentação | Atualização | Amortização juros | Amortização principal | |
| Debêntures Subordinadas (a) | | | | | | |
| Passivo circulante | - | 76.864 | - | (76.864) | - | - |
| Passivo não circulante | 969.531 | (76.864) | 79.701 | - | - | 972.368 |
| Efeito do valor justo no reconhecimento inicial | (429.081) | - | 87.292 | - | - | (341.789) |
| Total | 540.450 | - | 166.993 | (76.864) | - | 630.579 |
| Debêntures Seniores (b) | | | | | | |
| Passivo circulante | 28.472 | - | 1.674 | (1.516) | (28.630) | - |
| Total | 28.472 | - | 1.674 | (1.516) | (28.630) | - |
| Debêntures 5ª emissão (c) | | | | | | |
| Passivo circulante | 52.157 | (405) | 86.640 | (103.791) | - | 34.601 |
| Passivo não circulante | 644.088 | 405 | - | - | - | 644.493 |
| Total | 696.245 | - | 86.640 | (103.791) | - | 679.094 |
| TOTAL DE DEBÊNTURES | 1.265.167 | - | 255.307 | (182.171) | (28.630) | 1.309.673 |
| Passivo circulante | 80.629 | 76.459 | 88.314 | (182.171) | (28.630) | 34.601 |
| Passivo não circulante | 1.184.538 | (76.459) | 166.993 | - | - | 1.275.072 |

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013, com vencimento final em 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

As debêntures de 3ª Emissão – Sêniores foram totalmente liquidadas em 30 de agosto de 2017.

c. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu, em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant”, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 1.286.922 ações (vide nota 12.a.1) preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

14 Obrigações por repasses

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|----|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Obrigações com ex-acionistas do Bemge | a. | 8.762 | 11.044 | 8.762 | 11.044 |
| Recursos da venda de imóveis de terceiros - partes relacionadas | b. | 3.645 | 2.886 | 3.645 | 2.886 |
| Créditos de terceiros | c. | 372 | 364 | 2.107 | 446 |
| Obrigações com EMG - partes relacionadas | d. | 2.160 | 2.160 | 2.160 | 2.160 |
| Obrigações com a Codemig - partes relacionadas | e. | 17.992 | 17.992 | 17.992 | 17.992 |
| Outras obrigações | | 39 | 33 | 39 | 33 |
| | | 32.970 | 34.479 | 34.705 | 34.561 |
| Circulante | | 12.818 | 14.327 | 14.553 | 14.409 |
| Não Circulante | | 20.152 | 20.152 | 20.152 | 20.152 |

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos, conforme descrito na nota 7c.
- Valor relativo ao contrato de compra e venda de ações celebrado com a Codemig, em 16 de junho de 2016, como objeto da aquisição, pela MGI, de 578.039.299 ações emitidas pelo BDMG, pertencentes à Codemig, pelo valor de R\$17.992.

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Controladora | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34% | (4.243) | (45.368) | (4.243) | (45.368) |
| Receita de dividendos | (6.590) | (9.222) | (6.590) | (9.222) |
| Equivalência Patrimonial | 652 | 1.093 | - | (345) |
| Provisão para perda de investimentos | 2.390 | 16.973 | 2.390 | 16.973 |
| Impairment Direitos creditórios | 85.575 | 70.333 | 85.536 | 71.059 |
| Ajuste a valor justo (i) | (97.484) | (47.857) | (97.484) | (47.857) |
| Outras despesas não dedutíveis | 30 | 6 | 30 | 6 |
| Imposto diferido não constituído | 19.670 | 14.042 | 20.361 | 14.754 |
| | - | - | - | - |
| Alíquota Efetiva | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

- i. Ajustes a valor justo referente as ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na DRE, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 07) e Debêntures (nota 13).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas nos exercícios de 2014 a 2017, que seriam registrados no ativo diferido, a Companhia vem controlando os saldos somente no Lalur, visto que não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, conforme recomenda o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Base de calculo negativa/Prejuizo fiscal | 57.854 | 41.301 | 59.771 | 43.394 |
| IRPJ/CSLL (34%) | 19.670 | 14.042 | 20.322 | 14.754 |

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, conforme demonstrado abaixo:

31/12/2016

| | Estado de MG | Helibrás | Cemig | Emip | Codemig | BDMG | Copasa | Total |
|-------------------------------------|----------------|----------|---------------|------------|---------------|------------|-----------|----------------|
| Ativos | | | | | | | | |
| Circulante: | 1.756 | - | 20.172 | 757 | - | 121 | 31 | 22.837 |
| Contas a receber, JSCP e Dividendos | 1.756 | - | 20.172 | 757 | - | 121 | 31 | 22.837 |
| Não Circulante: | 36.730 | - | - | - | - | - | - | 36.730 |
| Contas a receber | 36.730 | - | - | - | - | - | - | 36.730 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Circulante | 2.886 | - | - | - | 17.992 | - | - | 20.878 |
| Obrigações por Repasse | 2.886 | - | - | - | 17.992 | - | - | 20.878 |
| Não Circulante | 542.610 | - | - | - | - | - | - | 542.610 |
| Debêntures 2ª emissão | 540.450 | - | - | - | - | - | - | 540.450 |
| Obrigações por Repasse | 2.160 | - | - | - | - | - | - | 2.160 |

31/12/2016

| | Estado de MG | Helibrás | Cemig | Emip | Codemig | BDMG | Copasa | Total |
|--------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|---------|------------|--------------|----------------|
| Receitas | 1.934 | 1.015 | 50.834 | (4.230) | - | 143 | 104 | 49.800 |
| Serviços Prestados | 1.934 | - | - | - | - | - | - | 1.934 |
| Participações Acionárias | - | - | 50.834 | - | - | 143 | 104 | 51.081 |
| Equivalencia Patrimonial | - | 1.015 | - | (4.230) | - | - | - | (3.215) |
| Outros Resultados Abrangentes | - | 3.977 | (6.804) | - | - | - | 3.247 | 420 |
| Custo com Debêntures | 102.752 | - | - | - | - | - | - | 102.752 |

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

| | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Diretoria | 1.241 | 1.222 |
| Conselho de Administração | 291 | 294 |
| Honorários | 1.532 | 1.516 |

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Durante o exercício de 2017, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$106.169. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

| | Posição em 31/12/2016 | | Posição em 31/12/2017 | |
|---------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | Quantidade de Ações | % | Quantidade de Ações | % |
| Acionistas | | | | |
| Estado Minas Gerais | 574.184.398 | 99,9557% | 574.184.398 | 99,9557% |
| BDMG | 165.323 | 0,0288% | 165.323 | 0,0288% |
| CEMIG | 53.307 | 0,0093% | 53.307 | 0,0093% |
| Ações em Tesouraria | 35.860 | 0,0062% | 35.860 | 0,0062% |
| Total | 574.438.888 | 100,0000% | 574.438.888 | 100,0000% |

Em 31 de dezembro de 2017, seu capital social subscrito é de R\$3.521.254, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.048.344 e o capital social a integralizar no valor de R\$472.910.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.186.624 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$760.654 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPP's.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou desses aportes de capital, um total de R\$1.946.589 da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2017 é R\$1.101.755.

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da subsidiária EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento às normas contábeis brasileiras.

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Média da quantidade de ações no período (em milhares) | 574.439 | 574.439 | 574.439 | 574.439 |
| Resultado do período | (12.480) | (133.435) | (12.480) | (133.435) |
| Resultado por lote de mil ações (em R\$) | (21,73) | (232,29) | (21,73) | (232,29) |

18 Receita

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receitas de serviços | 1.656 | 1.934 | 1.656 | 1.934 |
| Receitas de recuperação de créditos | 3.542 | 4.985 | 3.542 | 4.985 |
| Receitas de atualização de créditos | a. 98.761 | 128.634 | 98.761 | 128.635 |
| Receita de participação acionária | b. 23.102 | 51.127 | 23.102 | 51.127 |
| Receitas de vendas de imóveis | - | - | 614 | 1.041 |
| Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA | 70.069 | 90.473 | 70.069 | 90.473 |
| Impostos sobre serviços (ISS) | (83) | (97) | (83) | (97) |
| PIS/COFINS | (1.573) | (2.851) | (1.636) | (2.949) |
| Receita Total | 195.474 | 274.205 | 196.025 | 275.149 |

- As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e venda de direitos de subscrição de ações decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Cemig - parte relacionada | 22.651 | 50.834 | 22.651 | 50.834 |
| Copasa - parte relacionada | 324 | 104 | 324 | 104 |
| Gerdau Açominas S.A. | 110 | 29 | 110 | 29 |
| BDMG | - | 143 | - | 143 |
| Outras | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | 23.102 | 51.127 | 23.102 | 51.127 |

19 Custos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Pessoal | 5.137 | 4.511 | 5.137 | 4.511 |
| Obrigações por repasse | 979 | 2.217 | 979 | 2.217 |
| Serviços de terceiros | 658 | 613 | 658 | 613 |
| Despesas judiciais | 256 | 290 | 256 | 290 |
| Juros sobre Debêntures | a. 167.451 | 223.029 | 167.451 | 223.029 |
| Amortização de custos de transação | 563 | 1.109 | 563 | 1.109 |
| Ajuste amortização rec. inicial debêntures | 87.292 | 54.345 | 87.292 | 54.345 |
| Custos dos Imóveis Vendidos | - | - | 745 | 1.549 |
| Demais custos | 199 | 179 | 199 | 179 |
| Custos Total | 262.535 | 286.293 | 263.280 | 287.842 |

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.

20 Receitas e despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receitas Financeiras | | | | |
| Receitas aplicações financeiras | 18.626 | 37.029 | 18.724 | 37.181 |
| Receitas com títulos e valores mobiliários | 1.222 | 1.803 | 1.222 | 1.803 |
| Receitas de atualização de créditos | 2.794 | 3.663 | 2.914 | 3.832 |
| PIS/COFINS | (4.853) | (7.935) | (4.863) | (7.947) |
| | 17.789 | 34.560 | 17.997 | 34.869 |
| Despesas Financeiras | | | | |
| IOF | (374) | (380) | (384) | (426) |
| Outras despesas | (146) | (21) | (146) | (21) |
| | (520) | (401) | (530) | (447) |
| Resultado Financeiro Líquido | 17.269 | 34.159 | 17.467 | 34.422 |

21 Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Ajustes a valor justo | | | | |
| Ganho/(perda) de AVJ das ações da Cemig emprestadas | (53.613) | 78.178 | (53.613) | 78.178 |
| Ganho/(perda) de AVJ das opções de venda | 26.044 | 20.707 | 26.044 | 20.707 |
| Ganho/(perda) de AVJ das opções de compra | 29.531 | (47.041) | 29.531 | (47.041) |
| Ganho/(perda) de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos | 301.980 | - | 301.980 | - |
| | 303.942 | 51.844 | 303.942 | 51.844 |

22 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683 com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil e o restante, R\$141.200, proveniente de operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou vários aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais foi integralizado o montante de R\$101.000, restando R\$117.806 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, foram repassados R\$1.174.056 aos convenentes, em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos convenentes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação ocorrida no período está demonstrada abaixo:

| Convênios | 31/12/2016 | Movimentações | | 31/12/2017 |
|---|------------------|---------------|-----------------|------------------|
| | saldo inicial | Pagamentos | Devoluções | saldo final |
| Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA | 5.069 | - | (51) | 5.018 |
| Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR | 1.913 | - | (13) | 1.900 |
| Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR | 96.700 | 315 | (1.538) | 95.477 |
| Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP | 16.592 | - | (2.415) | 14.177 |
| Sec. Est. Esportes de MG – SEESP | 6.172 | - | 0 | 6.172 |
| Sec. Est. Turismo de MG – SETUR | 8.230 | - | (471) | 7.759 |
| Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP | 997.787 | 13.679 | (18.084) | 993.382 |
| Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE | 31.758 | - | (2.285) | 29.473 |
| Sec. Est. Governo - SEGOV | 4.234 | - | - | 4.234 |
| Sec. Est. Cultura - SEC | 12.864 | - | - | 12.864 |
| Sec. Est. Desenvolvimento Econômico - SEDE | 3.600 | - | - | 3.600 |
| | 1.184.919 | 13.994 | (24.857) | 1.174.056 |

As prestações de contas desses convênios devem ser apresentadas pelos Convenientes à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas têm como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 887 convênios vencidos há mais de 90 dias sem o recebimento das respectivas prestações de contas, conforme detalhado abaixo:

| Convênios | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------|
| | Quantidade | Valor |
| Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA | 49 | 4.840 |
| Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR | 2 | 135 |
| Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR | 142 | 37.494 |
| Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP | 6 | 14.666 |
| Sec. Est. Esportes de MG – SEESP | 1 | 6.172 |
| Sec. Est. Turismo de MG – SETUR | 10 | 6.121 |
| Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP | 577 | 215.712 |
| Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE | 100 | 26.564 |
| | 887 | 311.704 |

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

| Detalhamento da Situação dos Convênios Pendentes de Prestação de Contas | | |
|--|-------------------|----------------|
| Situação | Quantidade | Valor |
| Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente | 832 | 281.938 |
| Convênios em processo de tomada de contas especial | 1 | 273 |
| Convênios com medidas administrativas no TCE | 54 | 29.493 |
| Total | 887 | 311.704 |

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

Dando continuidade ao processo de melhoria dos controles internos relacionados aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer legal, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações *etc*) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda numa eventual defesa (remoto, possível e provável).

Com base em parecer de especialistas, a administração conclui que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

- a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

| CONTROLADORA | 31/12/2017 | Ajuste | 31/12/2017 Divulgado | CONTROLADORA | 31/12/2017 | Ajuste | 31/12/2017 Divulgado |
|----------------------------------|-------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------------------|-------------------|--------------------|---------------------------------|
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 215.935 | (12.567) | 203.368 | Obrigações por repasse - convênios | 1.206.776 | (1.186.624) | 20.152 |
| Ctas a receber e outros créditos | 2.353.975 | (1.174.056) | 1.179.919 | Outros | 1.630.249 | - | 1.630.249 |
| Outros | 267.114 | - | 267.114 | | | | |
| Total do ativo | 2.837.024 | (1.186.623) | 1.650.401 | Total do passivo e PL | 2.837.025 | (1.186.624) | 1.650.401 |
| CONSOLIDADO | 31/12/2017 | Ajuste | 31/12/2017 Divulgado | CONSOLIDADO | 31/12/2017 | Ajuste | 31/12/2017 Divulgado |
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 215.935 | (12.567) | 203.368 | Obrigações por repasse - convênios | 1.206.776 | (1.186.624) | 20.152 |
| Ctas a receber e outros créditos | 2.394.846 | (1.174.056) | 1.220.790 | Outros | 1.632.428 | - | 1.632.428 |
| Outros | 228.422 | - | 228.422 | | | | |
| Total do ativo | 2.839.203 | (1.186.623) | 1.652.580 | Total do passivo e PL | 2.839.204 | (1.186.624) | 1.652.580 |
| CONTROLADORA | 31/12/2016 | Ajuste | 31/12/2016 Divulgado | CONTROLADORA | 31/12/2016 | Ajuste | 31/12/2016 Divulgado |
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 254.406 | (1.705) | 252.701 | Obrigações por repasse - convênios | 1.206.776 | (1.186.624) | 20.152 |
| Ctas a receber e outros créditos | 2.211.017 | (1.184.919) | 1.026.098 | Outros | 1.621.289 | - | 1.621.289 |
| Outros | 362.642 | - | 362.642 | | | | |
| Total do ativo | 2.828.065 | (1.186.624) | 1.641.441 | Total do passivo e PL | 2.828.065 | (1.186.624) | 1.641.441 |
| CONSOLIDADO | 31/12/2016 | Ajuste | 31/12/2016 Divulgado | CONSOLIDADO | 31/12/2016 | Ajuste | 31/12/2016 Divulgado |
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 254.406 | (1.705) | 252.701 | Obrigações por repasse - convênios | 1.206.776 | (1.186.624) | 20.152 |
| Ctas a receber e outros créditos | 2.252.045 | (1.184.919) | 1.067.126 | Outros | 1.621.540 | - | 1.621.540 |
| Outros | 321.865 | - | 321.865 | | | | |
| Total do ativo | 2.828.316 | (1.186.624) | 1.641.692 | Total do passivo e PL | 2.828.316 | (1.186.624) | 1.641.692 |

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia, não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

23 Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 1ª Vara de Tributários do Estado - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 7-f). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de R\$49.302. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$9.540. Valores atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas demonstrações financeiras. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

24 Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e sua subsidiária apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e sua subsidiária. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, que atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua subsidiária. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua subsidiária de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Crédito Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 30 de setembro de 2017 decorreu-se sessenta meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

| | nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 7.961 | 7.167 | 8.983 | 7.307 |
| Títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo) | 6 | 203.368 | 252.701 | 203.368 | 252.701 |
| Contas a receber e outros créditos (curto e longo prazo) (i) | 7 | 1.229.453 | 1.144.366 | 1.270.293 | 1.184.637 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a receber | 7 | 40 | 20.325 | 40 | 20.325 |
| Contratos de opções flexíveis | 8 | 85.521 | 59.477 | 85.521 | 59.477 |
| Total | | 1.526.343 | 1.484.036 | 1.568.205 | 1.524.447 |

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos aos proventos das ações alienadas fiduciariamente (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Crédito Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 24.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 7.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de sua subsidiária de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e sua subsidiária sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de sua subsidiária.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Passivo financeiro não derivativo | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | 218 | 244 | 218 | 244 |
| Debêntures Subordinadas | 13 | 630.579 | 540.450 | 630.579 | 540.450 |
| Debêntures Seniores | 13 | - | 28.472 | - | 28.472 |
| Debêntures 5ª Emissão | 13 | 679.094 | 696.245 | 679.094 | 696.245 |
| Obrigações por repasse (curto e longo prazo) | 14 | 32.970 | 34.479 | 34.705 | 34.561 |
| Contrato de opções flexíveis | 8 | 123.271 | 152.802 | 123.271 | 152.802 |
| Total | | 1.466.132 | 1.452.692 | 1.467.867 | 1.452.774 |

| Exercício findo em 31/12/2017 | Controladora | | | | | |
|--|---------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| Passivo financeiro não derivativo | Imediato | Menos de 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 218 | - | - | - | - | 218 |
| Debêntures Subordinadas | - | - | - | 630.579 | - | 630.579 |
| Debêntures Seniores | - | - | - | - | - | - |
| Debêntures 5ª Emissão | 29.094 | - | - | 168.532 | 481.468 | 679.094 |
| Obrigações por repasse | - | 39 | 12.779 | 20.152 | - | 32.970 |
| Contrato de opções flexíveis | - | - | - | 31.969 | 91.302 | 123.271 |
| Total | 29.312 | 39 | 12.779 | 851.232 | 572.770 | 1.466.132 |

| Exercício findo em 31/12/2017 | Consolidado | | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| Passivo financeiro não derivativo | Imediato | Menos de 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 218 | - | - | - | - | 218 |
| Debêntures Subordinadas | - | - | - | 630.579 | - | 630.579 |
| Debêntures Seniores | - | - | - | - | - | - |
| Debêntures 5ª Emissão | 29.094 | - | - | 168.532 | 481.468 | 679.094 |
| Obrigações por repasse | - | 39 | 14.514 | 20.152 | - | 34.705 |
| Contrato de opções flexíveis | - | - | - | 31.969 | 91.302 | 123.271 |
| Total | 29.312 | 39 | 14.514 | 851.232 | 572.770 | 1.467.867 |

| Exercício findo em 31/12/2016 | Controladora | | | | | |
|--|---------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| Passivo financeiro não derivativo | Imediato | Menos de 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 244 | - | - | - | - | 244 |
| Debêntures Subordinadas | - | - | - | - | 540.450 | 540.450 |
| Debêntures Seniores | 3.760 | 7.363 | 17.349 | - | - | 28.472 |
| Debêntures 5ª Emissão | 46.245 | - | - | 120.380 | 529.620 | 696.245 |
| Obrigações por repasse | - | 33 | 14.294 | 20.152 | - | 34.479 |
| Contrato de opções flexíveis | - | - | - | 29.535 | 123.267 | 152.802 |
| Total | 50.249 | 7.396 | 31.643 | 170.067 | 1.193.337 | 1.452.692 |

| Exercício findo em 31/12/2016 | Consolidado | | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| Passivo financeiro não derivativo | Imediato | Menos de 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 244 | - | - | - | - | 244 |
| Debêntures Subordinadas | - | - | - | - | 540.450 | 540.450 |
| Debêntures Seniores | 3.760 | 7.363 | 17.349 | - | - | 28.472 |
| Debêntures 5ª Emissão | 46.245 | - | - | 120.380 | 529.620 | 696.245 |
| Obrigações por repasse | - | 33 | 14.376 | 20.152 | - | 34.561 |
| Contrato de opções flexíveis | - | - | - | 29.535 | 123.267 | 152.802 |
| Total | 50.249 | 7.396 | 31.725 | 170.067 | 1.193.337 | 1.452.774 |

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debêntures da 5ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 12 de julho e 12 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 12 de janeiro de 2016 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em 12 de julho de 2019 e o último na data de seu vencimento.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e sua subsidiária não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

A Companhia e sua subsidiária adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Indexador CDI | | |
| Aplicações financeiras | 13.739 | 11.601 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 196.277 | 245.087 |
| Total de direitos creditórios (a) | 630.579 | 530.221 |
| Debêntures | (1.309.673) | (1.265.167) |
| Saldo líquido de exposição | (469.078) | (478.258) |
| Indexador IGP-M | | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.221 | 3.279 |

(a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e sua subsidiária.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2017, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

| | | (Reduções em milhares de reais) | | |
|--|----------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| | Risco | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Impacto no Saldo Líquido | Redução do CDI | - | 8.209 | 16.418 |
| Premissas para a análise de sensibilidade: | | | | |
| Variável de risco | | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| CDI (% a.a.) * | | 7,00 | 5,25 | 3,50 |

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e sua subsidiária.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e sua subsidiária não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,20% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,002%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua subsidiária.

O objetivo da Companhia e de sua subsidiária é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Mantidos até o vencimento | 203.368 | 203.368 | 252.701 | 252.701 | 203.368 | 203.368 | 252.701 | 252.701 |
| Títulos e valores mobiliários | 203.368 | 203.368 | 252.701 | 252.701 | 203.368 | 203.368 | 252.701 | 252.701 |
| Designados ao valor justo | 639.411 | 639.411 | 631.107 | 631.107 | 639.411 | 639.411 | 631.107 | 631.107 |
| Direitos Creditórios Credit Suisse | 553.890 | 553.890 | 571.630 | 571.630 | 553.890 | 553.890 | 571.630 | 571.630 |
| Contratos de opções flexíveis | 85.521 | 85.521 | 59.477 | 59.477 | 85.521 | 85.521 | 59.477 | 59.477 |
| Disponíveis para venda | 38.101 | 38.101 | 67.814 | 67.814 | 43.736 | 43.736 | 74.038 | 74.038 |
| Outros investimentos | 38.101 | 38.101 | 67.814 | 67.814 | 38.101 | 38.101 | 67.814 | 67.814 |
| Imóveis para venda | - | - | - | - | 5.635 | 5.635 | 6.224 | 6.224 |
| Empréstimos e recebíveis | 675.603 | 675.603 | 593.061 | 593.061 | 716.443 | 716.443 | 633.332 | 633.332 |
| Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos) | 45.024 | 45.024 | 62.840 | 62.840 | 85.864 | 85.864 | 103.111 | 103.111 |
| Direitos de Créditos Autônomos | 630.579 | 630.579 | 530.221 | 530.221 | 630.579 | 630.579 | 530.221 | 530.221 |
| Outros passivos financeiros | 1.342.861 | 1.342.861 | 1.299.890 | 1.299.890 | 1.344.596 | 1.344.596 | 1.299.972 | 1.299.972 |
| Fornecedores | 218 | 218 | 244 | 244 | 218 | 218 | 244 | 244 |
| Obrigações por repasse | 32.970 | 32.970 | 34.479 | 34.479 | 34.705 | 34.705 | 34.561 | 34.561 |
| Debêntures | 1.309.673 | 1.309.673 | 1.265.167 | 1.265.167 | 1.309.673 | 1.309.673 | 1.265.167 | 1.265.167 |
| Passivos financeiros designados ao valor justo | 123.271 | 123.271 | 152.802 | 152.802 | 123.271 | 123.271 | 152.802 | 152.802 |
| Contratos de opções flexíveis | 123.271 | 123.271 | 152.802 | 152.802 | 123.271 | 123.271 | 152.802 | 152.802 |

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** - Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

| | <u>Reconhecimento inicial</u> |
|------------------------------|-------------------------------|
| 24 de julho de 2012 | |
| Taxa de desconto 3,92% | 1.086.443 |
| Taxa de desconto (25%) 4,90% | 1.059.411 |
| Taxa de desconto (50%) 5,88% | 1.033.742 |

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

o. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2017

| | Saldo em 31/12/2017 | Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1) | Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2) | Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3) |
|---|------------------------|--|--|--|
| Ativos financeiros designados ao valor justo | | | | |
| Contas a receber - Credit Suisse nota 7.g | 553.890 | 553.890 | - | - |
| Contrato de opções flexíveis nota 8 | 85.521 | 85.521 | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda – Cemig e Copasa nota 12.a | 17.123 | 17.123 | - | - |

A nota explicativa 12.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços, Gerdau América do Sul Participações e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

| Natureza do Seguro | Controladora e Consolidado | |
|------------------------|----------------------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Responsabilidade Civil | 3.000 | - |
| Patrimonial | 640 | 787 |
| TOTAL | 3.640 | 787 |

26 Eventos Subsequentes

Em 08 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, ATA 001/2018, deliberou dentre outros assuntos, a adoção das providências iniciais necessárias à realização das operações de cessão e aquisição de direitos de créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, inscritos ou não em dívida ativa do Estado de Minas Gerais - EMG. A cessão, a ser firmada por meio de contrato entre o EMG e a MGI, compreenderá um total de até R\$2.000.000 em direitos creditórios, cujo pagamento do preço de aquisição será efetivado por meio da emissão de debêntures subordinadas pela MGI (sexta emissão), no mesmo valor dos direitos creditórios cedidos, sendo tais debêntures, totalmente subscritas e integralizadas pelo Estado.

Em 09 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, ATA 002/2018, deliberou a exoneração de membro da Diretoria-Executiva, Sr. Mário Assad Júnior, do cargo de Diretor-Presidente, e eleição de novo membro, Sr. Antônio Eustáquio da Silveira, para o mesmo cargo.

Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente
Fernando Viana Cabral - Vice-presidente
Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro
Otilio Prado - Membro
Mariah Brochado Ferreira – Membro
Grasielle Oliveira Esposito - Membro
Flávia Cristina Mendonça Faria da Pieve – Membro

Diretoria Executiva

Antônio Eustáquio da Silveira- Diretor Presidente
Paulo Roberto de Araújo - Diretor Vice-Presidente
Leandro Ramon Campos Gusmão - Diretor Administrativo
Walmir Pinheiro de Faria - Diretor de Relações com Investidores
Carlos Gomes Sampaio de Freitas - Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018.

A Diretoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018.

A Diretoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, considerando o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S sobre eles emitido, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018.

Marcelo Antônio Ferreira Velloso

Nilmário de Miranda

Natália Freitas Miranda

Neyanne Goulart Corrêa